

Securitização da dívida ativa fere a Constituição

História

Um senhor brasileiro

3

Especial Brasília

Após oito meses, mobilização no Congresso apresenta resultados

4

Eventos

XV Encontro Estadual dos
Procuradores do Estado

7

Entrevista

Na Consultoria, quadro de
procuradores é insuficiente e
precisa ser renovado

8

APESP

Associação dos Procuradores do Estado
de São Paulo - APESP

Diretoria Gestão 2008/2010

PRESIDENTE

Ivan de Castro Duarte Martins

VICE-PRESIDENTE

Uilson Ramos Franco

SECRETÁRIA GERAL

Cristina de Freitas Cirenza

DIRETORA FINANCEIRA

Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Ana Carolina Izidorio Davies

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA

Juarez Sanfelice Dias

DIRETORA DE PATRIMÔNIO

Adriana Moresco

DIRETOR DE COMUNICAÇÕES

Daniel Carmelo Pagliusi Rodrigues

CONSELHO ASSESSOR

Ana Cristina Leite Arruda

José Damiano de Lima Trindade

Paulo Francisco Bastos Von Bruck Lacerda

Sebastião Vilela Staut Junior

Tânia Henriqueta Lotto

CONSELHO FISCAL

Ana Maria Bueno Piraino

Arlson Garcia Gil

Paulo Sérgio Garcez Guimarães Novaes

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis (jornalista responsável - MTB 30.748)

Tsonis Comunicação e Consultoria Ltda

FOTOS

Ricardo Lucas e Cristiano Tsonis

REVISÃO

Francisca Evrard

PROJETO GRÁFICO, CAPA, FOTO DE CAPA,
DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÕES

Fonte Design

Tel. (11) 3864 8974

As cédulas que aparecem na capa são protótipos e não têm
qualquer valor comercial

TIRAGEM

1.900 exemplares

Acesse a versão on-line do
JORNAL DO PROCURADOR
no site <www.apesp.org.br>
Publicação periódica distribuída
gratuitamente pela APESP.

2009 em revista

A edição de número 44 do Jornal do Procurador, relativa aos meses de outubro e novembro, que a prezada leitora e o distinto leitor têm ora em mãos, é a última do ano de 2009 e propicia um oportuno reexame de tudo que transcorreu nesse atribulado período.

Na edição correspondente do ano anterior, o tema central do editorial (JP 38) era a aprovação do PLC 53/08, transformado na Lei complementar n.º 1.082/08, e a mudança por ele introduzida na sistemática de promoção, abrindo uma boa perspectiva de evolução funcional para muitos que, no modelo até então vigente, poucas chances teriam de galgar ao nível superior, de tão afunilado que se apresentava o caminho para essa ascensão.

Pois bem, a presente edição vem a lume justamente no momento em que é publicado o decreto que sacramenta o resultado do primeiro concurso de promoção realizado já sob as novas regras, e promove mais de cem colegas, algo próximo a 15% do quadro de procuradores em atividade na Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Esse é o resultado concreto de uma luta iniciada em 2003.

Outra boa nova de final de ano diz respeito ao cumprimento da sentença favorável aos procuradores que se aposentaram com proventos proporcionais ao tempo de serviço e que tiveram o pagamento de sua verba honorária proporcionalizado, na mesma medida, por decisão do procurador-geral do Estado, adotada, nos idos de 2002, em prejuízo de cerca de 150 colegas aposentados nessas condições.

Após mais de sete anos e meio de lutas em defesa desses associados, a Administração finalmente determinou o restabelecimento do pagamento integral das cotas de verba honorária a eles devidas, em cumprimento ao decidido no mandado de segurança coletivo impetrado pelas entidades de classe. O despacho do senhor Procurador Geral do Estado Adjunto saiu no DOE de 18 de novembro, Seção I, p. 49.

Mas se agora podemos saborear o resultado vitorioso dessas lutas, é bom que observemos quão longo e ínvio foi o percurso trilhado para se chegar

até ele e disso tudo concluir que nossas campanhas são sempre custosas e demoradas; elas consomem muito de nossa energia para assegurar, por meio de um constante e atento acompanhamento, a possibilidade de intervenção na hora precisa.

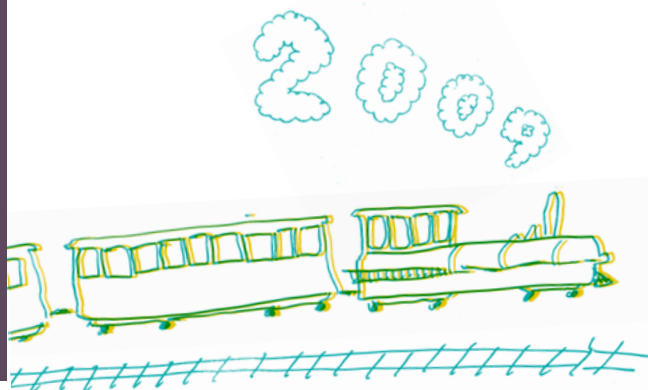
Nossas batalhas são difíceis porque se desdobram em várias frentes: em Brasília, além de levar adiante a campanha em torno das PECs 210/07 (Câmara) e 21/08 (Senado), ainda acompanhamos a evolução de outras proposições que muito nos interessam, como bem demonstra matéria reproduzida nas páginas internas; em São Paulo, o principal combate que ora se trava tem por alvo a questão da inconstitucional cessão de créditos parcelados autorizada pela Lei n.º 13.723/09, mas ainda enfrentamos, no âmbito da ALESP, com emenda à proposta orçamentária de 2010, a resistência governamental à majoração da dotação que permitirá elevar o valor do quilômetro rodado e ampliar a inscrição de interessados no regime de quilometragem. A tesoura do Planejamento havia cortado a expansão do orçamento elaborada pelo Grupo de Planejamento Setorial da PGE.

Enquanto isso, no Conselho da Procuradoria Geral do Estado, ganha forma a idéia de nova alteração do regime remuneratório e que, de quebra, agrega aprimoramentos em nossa legislação para viabilizar a fruição de alguns direitos que só aos procuradores não eram reconhecidos pela Administração. Esse tema, como é sabido, possui conteúdo de alta voltagem polemística, razão por que a preocupação da Associação é a de promover reuniões e estudos sobre o assunto, para que os colegas possam conhecê-lo profundamente e depois expressar sua eventual anuência ao projeto, sem receios ou temores de incorrer em armadilhas que aviltem o salário no futuro.

Outra novidade auspiciosa, neste final de ano, vem do desértico campo da cobrança da dívida ativa: é o termo de cooperação técnica firmado entre o Ministério Público Estadual e a Procuradoria Geral do Estado, com o escopo de identificar e de notificar pessoas físicas e jurídicas em débito com o Tesouro. A medida facilita a localização de bens penhoráveis e a responsabilização criminal dos contribuintes adeptos da sonegação fiscal, que ocorre em níveis elevados e que constitui a mola mestra das diversas anistias fiscais de que se tem conhecimento e que alimenta o moinho da securitização.

Enfim, renasce a esperança de que o Cine Palácio exiba, para sua platéia de bons contribuintes, um filme inteligente sobre a cobrança no bojo da execução fiscal.

Ivan de Castro Duarte Martins



Um senhor brasileiro

Em 4 de outubro deste ano, completaram-se os cento e cinquenta anos de nascimento de Clovis Bevilacqua. O jurisconsulto de Viçosa do Ceará deveria merecer festas nacionais, homenagens múltiplas, enfim, comemoração ruidosa em prol de sua memória e de seu rico legado intelectual, por seu exemplo de amor à pátria e por sua grandeza moral. Mas nosso país ainda se caracteriza pelo desdém com o culto de seus grandes personagens históricos.

Do ponto de vista intelectual, vastíssima é a contribuição de Clovis. A começar pela atividade como jurista. É ele o grande mentor do primeiro Código Civil brasileiro, aprovado em 1916, que vigorou por quase noventa anos. Concebido em seis meses, em 1899, o projeto codificador logrou êxito, após várias tentativas anteriores de sistematização, desde meados do século XIX.

Outra vertente de atuação relevante foi desenvolvida por Clovis como consultor jurídico do Itamaraty. Durante vinte e oito anos seguidos, ele exerceu a função no Ministério das Relações Exteriores, de 1906 a 1934. Emitiu centenas de pareceres, sobre os mais variados assuntos, enfeixando lições que permanecem atuais, sobretudo como pregoeiro da cultura da paz entre os povos.

Professor de Legislação Comparada e Filosofia do Direito, redigiu estudos sobre Economia Política, Criminologia, Direito Constitucional, Comercial e Administrativo. Foi eminente representante da Escola do Recife, grupo filosófico pioneiro no país. Parecerista ilustre, transformou-se, nas palavras de San Tiago Dantas, em “oráculo do direito”.

Merece atenção a enorme contribuição de Clovis para o aperfeiçoamento do Direito Constitucional, faceta pouquíssimo conhecida de sua atuação, que passa quase despercebida por seus inúmeros biógrafos ao longo do tempo. Pois no terreno do constitucionalismo, Clovis articulou lições basilares, como a necessidade de conter o poder infrene do Executivo, que invade, não raro, a seara do Legislativo – aí estão as medidas provisórias que não nos deixam mentir... De outro lado, sua atitude ativa, renunciando ao mandato parlamentar em 1891, na condição de deputado estadual constituinte do Ceará, é um exemplo de destemor e de apreço pelos valores democráticos (outro fato pouco difundido entre muitos de seus biógrafos). O fato é que o incomparável jurisconsulto considerava imprescindível que a nova Carta constitucional cearense fosse objeto de referendo popular para sua entrada em vigor. Voto vencido em sua propositura, renunciou ao cargo de deputado.

Se não bastasse a vasta contribuição jurídica, imorredoura, Clovis foi também historiador virtuoso,

com estudos célebres, por exemplo, sobre a história da Faculdade de Direito do Recife (hoje pertencente à Universidade Federal de Pernambuco) e sobre o Tratado de Tordesilhas, com que garantiu acesso, como membro efetivo, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Destacou-se como crítico literário, com pioneiro artigo sobre a literatura do escritor russo Dostoiévski e ensaio sobre o romantismo no Brasil, entre outros escritos. É justo que se assinale que ele próprio, Clovis, era grande literato, pela qualidade invejável de seus textos, fosse qual fosse o assunto. Com tal perícia, granjeou uma cadeira de fundador da Academia Brasileira de Letras.

As lições de patriotismo, de credo democrático, de defesa intransigente das liberdades públicas e de aversão às injustiças espriam-se por todos os recantos da vasta obra do Mestre. O desapego aos bens materiais, a devoção à família e aos amigos e o modo simples de ser e de conviver com os semelhantes são exemplos de seu caráter irretocável.

Sua obra merece ser preservada, difundida e cultuada. É por isso que a Editora Lettera.doc está preparando a edição de uma obra histórica, resultado de detalhada pesquisa documental e iconográfica, além da coleta de depoimentos. O livro em homenagem a Clovis terá um título à sua altura: *Um senhor brasileiro*.

Cássio Schubsky é formado em Direito pela USP e em História pela PUC-SP. Editor e historiador, é diretor da Editora Lettera.doc e autor, entre outras obras, de Advocacia Pública: apontamentos sobre a História da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (Imprensa Oficial e Centro de Estudos da PGE/SP, 2008).

Fique atento!

A partir de agora, você terá seu próprio login e senha para acessar a área restrita do site www.apesp.org.br, alterar diretamente algumas informações contidas no seu cadastro geral, votar na enquete e participar do banco de permutas. Para o diretor de comunicações da Apep, Daniel Pagliusi, é de fundamental importância o cadastramento, para que o associado possa usufruir dos serviços do site em sua totalidade. “Além disso, a senha individual permitirá que o associado participe da enquete e, futuramente, de um sistema de votação online para as eleições da diretoria da entidade, depois de aprovada em Assembleia Geral uma alteração do Estatuto que permita esse tipo de pleito”. Veja como fazer:

Passo 1:

- login: e-mail que atualmente consta do seu cadastro.

Passo 2:

- digite sua senha provisória: p1g2e3.

Passo 3:

- na ficha cadastral, no último campo, altere a senha provisória.
- Pronto! Agora você poderá acessar o conteúdo exclusivo aos associados!
- Para esclarecer suas dúvidas, envie um e-mail para apesp@apesp.org.br

Após oito meses, mobilização no Congresso apres

A campanha da Apesp em Brasília para tratar dos assuntos de interesse da Carreira completou oito meses. Nesse período, o foco principal foram as PEC ns. 210/2007 – de autoria do deputado Regis de Oliveira (PSC/SP) – e 21/2008 – de autoria do senador Alvaro Dias – que propõem o restabelecimento dos adicionais por tempo de serviço acima do teto remuneratório. No entanto, os representantes da entidade puderam “garimpar” outros projetos atinentes aos procuradores do Estado, conseguindo interferir diretamente na sua tramitação. “Chegamos em Brasília no dia 22/04, um dia após à festa que comemorou os 49 anos da capital do país, quando foram inaugurados alguns luminosos com a indicação dos dias que faltam para o cinquentenário da cidade. Obviamente, a marca estava em 365. Hoje, está em 140. Ou seja, foram 225 dias de intensa luta, com vitórias e reveses. É preciso registrar que, nas nossas primeiras incursões no Congresso, fomos reconhecidos – em diversas ocasiões – como ‘barrigas-verdes’. Nem precisou de explicação. O significado era óbvio. Porém, a caminhada nos amadureceu. A certeza que ficou é da importância de sermos protagonistas na Casa de leis brasileira. A nossa intenção é, em parceria com a Anape, manter esse trabalho. Talvez não com tamanha frequência, mas com uma boa regularidade”, afirma Ivan de Castro Duarte Martins, presidente da Apesp. Conheça as propostas que interessam à advocacia pública e que se encontram sob constante monitoramento.

PEC n. 210/2007

Resumo: de autoria do deputado Regis de Oliveira (PSC/SP), restabelece “o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público”.

Estágio da tramitação: desde a aprovação do substitutivo do deputado Laerte Bessa (PSC/DF), que estendeu o benefício para todas as carreiras de Estado, a proposta está pronta para votação em plenário. No entanto, a reportagem da Apesp teve acesso à lista de projetos em tramitação na Câmara dos Deputados e considerados prioritários para votação ainda em 2009. A PEC n. 210/2007 não estava relacionada. Os líderes partidários fizeram os pedidos para inclusão ao presidente Michel Temer (PMDB/SP), durante reunião do Colégio de Líderes. Em seu gabinete, o deputado João Dado (PDT/SP) – que ainda não tinha conhecimento do documento – mostrou-se surpreso. Segundo o parlamentar, o vice-líder do PDT, Paulo

Pereira da Silva (SP), afirmou que o partido trataria a PEC n. 210 como prioridade. “Vou falar com Paulinho e também com o deputado Dagoberto, líder do PDT”. Contudo, Dado argumentou que, apesar do seu compromisso com a PEC, será necessária uma intensa mobilização das entidades de classe. “É possível reverter o quadro e incluir a PEC n. 210 na agenda da Casa”. De fato, o líder do PDT, Dagoberto (MS), apresentou em 28/10 o Requerimento n. 5.773/2009, que solicita inclusão da PEC 210/2007 na pauta da Ordem do Dia para apreciação imediata. Em 18/11, a Apesp angariou assinaturas de diversas lideranças partidárias em apoio ao requerimento, representando oito partidos e 266 deputados. Assinaram o documento: Cândido Vaccarezza, líder do PT; José Anibal, líder do PSDB; Rodrigo Rollemberg, líder do Bloco PSB/PC do B; Vilson Covatti, vice-líder do PP; Edson Duarte, líder do PV; Fernando Coruja, líder do PPS. Até o fechamento desta edição, a proposta ainda não tinha sido votada.

PEC n. 21/2008

Resumo: de autoria do senador Alvaro Dias, é similar à PEC n. 210.

Estágio da tramitação: em julho, os senadores Romero Jucá (PMDB/RR) e Francisco Dornelles (PP/RJ) pediram vista da PEC no âmbito da CCJ. Desde então, não retornou à pauta. No mês de setembro, Apesp e Apamagis encaminharam, coincidentemente, ofícios ao senador José Sarney, presidente do Senado Federal, acerca da proposta. O memorial da Apesp – enviado logo após o encontro mantido com o senador Sarney, em 17/09 – contém um histórico da tramitação da matéria e o pleito pela inclusão dos procuradores. Por sua vez, a Apamagis

apresenta resultados

– em texto subscrito pelo presidente Henrique Nelson Calandra – manifesta total apoio à aprovação da PEC n. 21. A Apesp acompanha regularmente as sessões da CCJ, mas até o fechamento desta edição a proposta ainda não tinha sido apreciada.

PEC n. 89/2007

Resumo: de autoria do deputado João Dado (PDT/SP), “estabelece o mesmo teto remuneratório para qualquer que seja a esfera de governo”.

Estágio da tramitação: a PEC, que não recebeu nenhuma emenda, ainda está em análise na Comissão Especial. Em 5/11, o deputado Valtenir Pereira (PSB/MT) apresentou o Requerimento n. 5.825/2009, que solicita inclusão da PEC n. 89/2007 na pauta da Ordem do Dia para apreciação imediata.

PEC n. 341/2009

Resumo: de autoria do deputado Régis de Oliveira (PSC/SP), propõe modificar “os dispositivos constitucionais retirando do texto matéria que não é constitucional”.

Estágio da tramitação: a Apesp entrevistou o deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA), relator da PEC n. 341/2009 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que entende que o texto constitucional apresenta muitos artigos anacrônicos. “Sou favorável ao enxugamento da Constituição Federal, que foi construída em outro contexto histórico, logo após uma ditadura militar. Hoje, o texto constitucional tem 250 artigos e 95 disposições transitórias. Se todas as PECs que estão em tramitação no Congresso Nacional forem aprovadas, chegaremos a 500 artigos”, prevê.

Barradas Carneiro afirma que votou pela admissibilidade da matéria, pois o autor angariou o número de assinaturas necessárias para uma proposta de emenda constitucional. No entanto, procurou amenizar o texto original, que reduzia a Constituição Federal para 70 artigos, reservava apenas 3 artigos para o Poder Judiciário e suprimia o capítulo “das funções essenciais à justiça”. Dessa forma, a definição das atribuições dos advogados públicos seria transferida para as leis ordinárias.

No substitutivo, o relator atribui 75 artigos à Constituição Federal, mantendo separação entre os capítulos “Poder Judiciário” e “das funções essenciais à justiça”. Contudo, cita apenas o Ministério Público, a Advocacia Geral da União e as

Defensorias Públicas estaduais. Não há menção expressa às Procuradorias estaduais. Alertado para o fato, o parlamentar admitiu a falha. “Convido os procuradores do Estado a trabalharem conosco. Realizaremos uma audiência pública e, após ouvir todas as argumentações, terei a oportunidade de elaborar um segundo relatório. Certamente atenderei ao pleito dos procuradores”, assegurou.

O deputado Régis de Oliveira afirmou não ver “necessidade dos procuradores do Estado, juízes, promotores e defensores públicos estarem na Constituição Federal. Tais carreiras podem ter uma legislação específica. Na Constituição deve constar apenas a ‘estrutura do poder’ e a ‘defesa contra o poder’ – ou seja, os direitos individuais. O momento histórico é outro. Na verdade, colocou-se tudo na Constituição apenas como uma defesa contra os militares que tinham acabado de deixar o governo”. Por sua vez, o deputado Marcelo Itagiba (PMDB/RJ) apresentou, no âmbito da CCJ, voto em separado pela inadmissibilidade. A tramitação da PEC ainda será muito longa e enfrentará muitas resistências. A Apesp tem posicionamento contrário a qualquer mudança que retire as carreiras essenciais à justiça do texto constitucional – entendimento que é compartilhado com a Anape. Dessa forma, manterá a vigilância sobre a tramitação da PEC n. 341 e qualquer mudança que enfraqueça institucionalmente as Procuradorias.

PEC n. 82/2007

Resumo: de autoria do deputado federal Flávio Dino (PC do B/MA), “atribui autonomia funcional e prerrogativas aos membros da Defensoria Pública, Advocacia da União, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria das autarquias e às Procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Estágio da tramitação: pedido de criação de Comissão Especial. As lideranças partidárias ainda não indicaram os membros.

PEC n. 358/2005

Resumo: reforma paralela do Judiciário, de autoria do Senado Federal.

Estágio da tramitação: pronta para entrar em Plenário. O deputado Marcelo Itagiba (PMDB/RJ) apresentou requerimento para inclusão na Ordem do Dia.

Novas PECs sobre a advocacia pública serão apresentadas

O deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP) prepara uma nova emenda constitucional que tratará da autonomia para a advocacia pública. “Quero ouvir também os procuradores estaduais. No escopo dessa proposta quero contemplar tanto os advogados da União quanto os procuradores estaduais. Entendo que essas carreiras apresentam as suas particularidades”, afirma Rebelo.

Segundo o parlamentar, a Constituição Federal de 1988 concedeu muitas garantias ao Ministério Público, mas não foi tão “generosa” com os advogados públicos. “Precisamos equilibrar essa situação. Não pretendemos enfraquecer o MP, mas sim fortalecer as carreiras que defendem o Estado”. Em 4/11, o deputado recebeu o presidente da Apesp, pois pretende que as PGEs colaborem com a redação da PEC e sejam protagonistas em todo o processo. A entidade recebeu todo o material até agora produzido e fará um estudo detalhado, em conjunto com a Anape, para indicar aprimoramentos ao deputado.



“Encontro com o deputado Rebelo”

Já em fase de coleta de assinaturas, a PEC do deputado Bonifácio Andrada (PSDB/MG) trata do subsídio das carreiras da AGU e das Procuradorias estaduais. A proposta prevê que o “subsídio do grau ou nível máximo das carreiras da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal corresponderá a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal fixado para os ministros do STF”. Ademais, preconiza que “os subsídios dos demais integrantes das respectivas categorias da estrutura da advocacia pública serão fixados em lei e escalonados, não podendo a diferença entre um e outro ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento (...)”.

“Iremos analisar o texto, mas a princípio a fixação do subsídio do Advogado-Geral da União em 90,25% do ministro do STF destoa de nossa luta histórica em prol da equiparação plena. De positivo, traz uma vinculação automática, que era algo buscado pelo grupo que, em 2007, estudou um projeto para implementação do regime de subsídio na PGE SP”, afirma o presidente da Apesp.

Securitização da dívida ativa fere a Constituição

Desde a apresentação do PL n. 749/2009 – convertido na Lei n. 13.723, de 29/09/2009, que trata da securitização da dívida ativa paulista – pelo governador José Serra, em 03/09, a Apesp manifestou publicamente a sua oposição ao projeto e buscou alertar os investidores para os riscos jurídicos da operação financeira. De forma ágil, a entidade procurou mobilizar a Carreira e iniciou um trabalho no âmbito da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Atuação na Alesp

A ampla maioria governista na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – 70 deputados da base contra 23 da oposição – torna praticamente inexecutável alterar um projeto de interesse direto do Executivo. No caso da lei de securitização, tolheu-se inclusive o direito de debater uma proposta vital para a sociedade e o interesse público.

O histórico da tramitação destaca tal cerceamento. O PL 749/2009 foi apresentado no início de setembro. Uma semana depois, em 11/09, foi aprovado o regime de urgência. Em 24/09, após dois congressos de comissões, que rejeitaram as emendas e os substitutivos, o PL foi aprovado por 61 votos favoráveis e 15 contrários. No dia 29/09, após publicação no DOE, a cessão de direitos creditórios tornou-se lei.

Mesmo com o panorama adverso, a Apesp fez-se presente na Casa de Leis paulista. Em 18/09, a diretoria encontrou o deputado Rui Falcão, líder do PT na Assembleia. Na oportunidade, o petista já alertava sobre os entraves para alterar em plenário o texto original enviado pelo governador.

Em 22/09, a entidade participou da audiência pública, promovida na Alesp, com a participação do secretário-adjunto da Sefaz George Hermann Rodolfo Tormin. O deputado Adriano Diogo (PT) leu ofício encaminhado pelo presidente da Apesp, que apresentava o abaixo-assinado com assinaturas dos colegas da Procuradoria Fiscal e também da representação protocolada no Conselho da PGE pelos conselheiros Antonio Beninni, Marcelo de Carvalho e Rogério Pereira da Silva. Em sua manifestação, Ivan de Castro Duarte Martins, leu trechos do abaixo-assinado, especificamente os que apontam problemas jurídicos do projeto. Os representantes da Carreira entregaram também para 9 líderes partidários cópias dos documentos supracitados.

Mobilização da carreira

Em duas reuniões abertas, promovidas pela Apesp, nos dias 08 e 21/09, diversos procuradores de Estado reuniram-se para definir as estratégias contra a securitização da dívida ativa:

- Utilização da imprensa escrita, por meio da publicação de artigos, para destacar os problemas legais do projeto e levar o descrédito aos possíveis investidores. Veja os resultados no quadro a seguir.

Repercussão na mídia

“**Serra e o mito da responsabilidade fiscal**”, Blog do Nassif, de 17/09/2008;

“**PL de Serra para antecipar receita é criticado**”, Terra Magazine, de 18/09/2009;

“**Procuradores querem ação contra a cessão de créditos**”, DCI, de 23/09/2009;

“**Aprovada cessão de direitos creditórios que antecipa receita**”, Valor Econômico, de 24/09/2009;

“**Em Defesa do Estado**”, de Márcio Sotelo Felipe, Estado de S. Paulo, de 30/09/2009;

“**Cessão de créditos tributários afronta legislação**”, de Zelmo Denari, Conjur, de 02/10/2009.

“**Lei de SP que antecipa receitas viola a Constituição, diz especialista**”, Última Instância, de 09/10/2009;

“**Procuradores ameaçam securitização de dívida em SP**”, Conjur, de 12/10/2009;

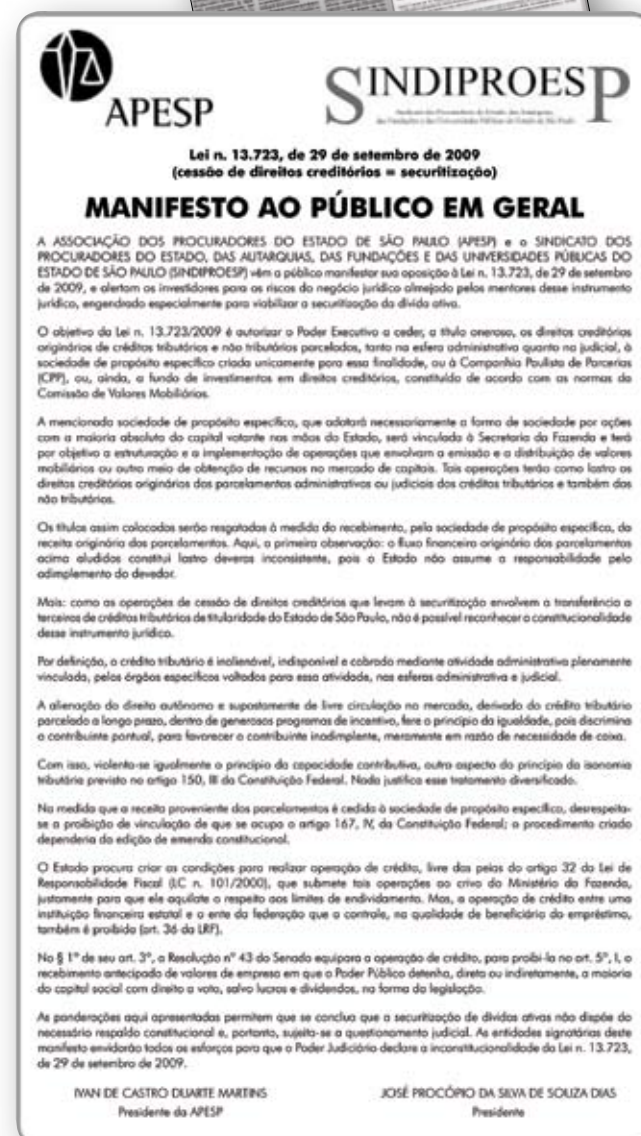
“**Procuradores criticam securitização da dívida**”, Estado de São Paulo, de 13/10/2009

“**O pré-sal, o inferno e a guitarra na dívida ativa**”, do presidente da Apesp, Ivan de Castro Duarte Martins, Conjur, de 16/10/2009;

- Formação de uma comissão para preparar manifesto de alerta à sociedade paulista. O grupo foi composto por Ivan de Castro Duarte Martins, José Procópio da Silva de Souza Dias, Márcio Sotelo Felipe, Maria Christina Tibiriçá Bahbouth, José Damião de Lima Trindade e Zelmo Denari. O texto foi publicado no jornal Valor Econômico de 8/10/2009 e lido no mesmo dia pelo presidente da Apesp na sessão do Conselho da PGE. Veja imagem ao lado.

ADI: o futuro da luta

A Apesp procura alternativas para ingressar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal contra a Lei n. 13.723. “Estamos estudando qual a melhor forma para o ajuizamento, se por meio da anape, por representação à Procuradoria-Geral da República, ou com a ajuda de um partido político. As tratativas com o PT estão avançadas e aguardaremos até que o governo conclua a constituição da entidade que vai administrar a emissão”, afirma o presidente da Apesp.



Com muita alegria, procuradores reúnem-se no XV Encontro Estadual

Entre os dias 6 e 8 de novembro, a Apesp realizou o XV Encontro Estadual de Procuradores do Estado, na Pousada do Broa, em Itirapina. O evento foi um verdadeiro sucesso e animou os participantes. “Campeonato de tênis e futebol, *rafting*, *bóia-cross*, *rally air* e churrasco com banda de *pop-rock* foram algumas das atividades de lazer que proporcionamos aos associados, com a intenção de integrar cada vez mais os nossos colegas, num clima leve de descontração”, afirma Ana Carolina Izidorio Davies, diretora social e cultural da Apesp. Veja abaixo uma galeria de imagens (mais fotografias podem ser acessadas em www.apesp.org.br).



1º torneio de tênis foi um sucesso

O 1º Torneio de Tênis, realizado durante o Encontro, foi um sucesso e revelou grandes tenistas na Carreira. A iniciativa inaugura uma série de eventos esportivos que serão promovidos pela entidade. Conheça os campeões:



Marcio Henrique Mendes da Silva, da Seccional de Franca (PR-6), na categoria “avançada”.



Paulo Henrique Moura Leite Filho, filho do colega Paulo Henrique Moura Leite, da Seccional de Araraquara (PR12), na categoria “iniciante”.

Na Consultoria, quadro de procuradores é insuficiente e precisa ser renovado

O trabalho desempenhado pelos procuradores classificados nas Consultorias Jurídicas é imprescindível para que as Secretarias de Estado bem desempenhem suas funções, em consonância com a legalidade e o direito público. Ademais, as CJs constituem o elo mais direto entre o Poder Executivo e a PGE. Na entrevista a seguir, a nova subprocuradora da Consultoria, Rosina Maria Euzébio Stern, fala sobre os desafios da área, as demandas e quadro de procuradores, informatização etc.

JP – Quais os principais desafios da Consultoria e quais metas a senhora tem para área?

Rosina Maria Euzébio Stern - Eu diria que há somente um grande desafio para a Consultoria, que é o de atender convenientemente a Administração com o quadro de procuradores hoje disponível. Com a crescente judicialização da gestão administrativa, a área consultiva das Secretarias e Autarquias é cada

vez mais exigida. Por conseguinte, tenho como meta a adequação do quadro, de modo que pareceres e manifestações sejam oferecidos em até trinta dias, em todas as Consultorias.

JP - O estágio atual da informatização da Consultoria é satisfatório?

Rosina Maria Euzébio Stern- Houve grande melhora nos últimos anos, mas ainda há muito o que fazer. Como as CJs dependem da estrutura dos órgãos administrativos por elas atendidos, existe grande diferença entre elas no nível de atendimento informatizado. Estamos longe ainda dos processos informatizados, dos bancos de pareceres, de softwares de pesquisa e outros recursos disponíveis nesse mercado.

JP - Quais medidas serão tomadas com o objetivo de intensificar tal processo?

Rosina Maria Euzébio Stern- A meta que buscamos é estender às Consultorias, no menor tempo possível, todas as melhorias na área de informática que forem implantadas pela PGE no Contencioso e na área Tributário Fiscal, com as devidas adaptações.

JP – Que ações a senhora pretende implantar com o propósito de sedimentar uma maior interação entre as áreas do Contencioso e da Consultoria?

Rosina Maria Euzébio Stern - No que concerne à interação entre as áreas do Contencioso e da Consultoria, penso que uma boa forma de implementá-la é a formação de grupos de trabalho sobre temas específicos, que demandem um tratamento uniforme. De qualquer forma, a Subprocuradoria estará sempre disponível para o apoio técnico às demandas sob responsabilidade do Contencioso.

JP – Por estar em contato direto e diário com os gestores, a Consultoria tornou-se o “cartão de visita” da PGE perante o governo. Dessa forma, como o qualificado trabalho dos colegas da área tem contribuído para divulgar o importante papel da PGE no resguardo do interesse público?

Rosina Maria Euzébio Stern - Penso que a crescente demanda de parte das Secretarias pelo trabalho das Consultorias é a prova cabal da imprescindibilidade da PGE para o bom funcionamento da máquina pública, na visão dos próprios administradores

públicos. Os pareceres apontam eventuais falhas nos procedimentos licitatórios, ou ilegalidades de atos administrativos, indicando a melhor forma jurídica de se atingirem as metas pretendidas, sempre no interesse público. Cabe ainda aos procuradores da Consultoria a responsabilidade pelas informações nos mandados de segurança impetrados contra os atos dos administradores, o que lhes dá oportunidade de conhecer o nível técnico da carreira.

JP – Frente à demanda de trabalho, que avaliação a senhora faz do atual quadro de procuradores classificados na Consultoria?

Rosina Maria Euzébio Stern- É claramente insuficiente. Além disso, precisa de urgente renovação. Grande parte da área está prestes a se aposentar, sendo necessário pelo menos um ano para que um procurador de outra área esteja suficientemente treinado para o trabalho.

Perfil

Rosina Maria Euzébio Stern é natural do Rio Janeiro, RJ. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito da UFRJ. Ingressou na PGE em 1980, na Procuradoria Fiscal. Em 1990, foi classificada na CJ da Secretaria de Economia e Planejamento, órgão que chefiou de 1995 a 2006. Chefiou a CJ da atual Secretaria de Desenvolvimento em 2006, quando regressou à chefia da CJ da Economia e Planejamento, em 2007. Foi conselheira eleita da PGE, como representante da área da Consultoria, para o biênio 1997/1998. Foi conselheira assessora da Apesp entre abril de 2008 e outubro de 2009.

Fique atento!

A Apesp comunica que, por deliberação unânime de sua diretoria, a partir do dia 23/11, não mais enviará aos seus associados, cujos e-mails constem do cadastro, correspondência pelo correio. Trata-se de providência que visa a colaborar com o meio ambiente, evitando desperdício de papel, além de gerar economia para entidade com o custo da postagem.

